



Bloco de Esquerda

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Seixal

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Seixal

Exmos. Senhores e Senhoras Eleitos e Eleitas

Munícipes presentes

Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018

Em Portugal, as restrições estruturais impostas face a uma fixação obsessiva com o cumprimento dos indicadores económicos e financeiros ditados pelo Tratado Orçamental, ao serviço das grandes potências da Europa, levaram a uma prolongada situação de estagnação e retrocesso económico e que se traduz numa significativa contração do PIB. A quebra do investimento total de 28% do PIB no início do século para praticamente metade no final de 2015, testemunha o estado de recessão e estagnação do País. O investimento público, decisivo para manter a produção, as infraestruturas e equipamentos caiu de 7,2 mil milhões de euros em 2009 para 3,5 mil milhões em 2015. Esta situação ainda não teve alterações significativas apesar do governo do PS apoiado pelo PCP, BE e PEV estar em funções há dois anos. O grau de degradação dos serviços públicos e de empobrecimento da população posto em prática pelo anterior governo do PSD/CDS foi de tal ordem, que levará anos a reverter.

Apesar de tudo já foi possível melhorar um pouco as condições de vida da maioria da população, devolver rendimentos, aumentar pensões, reverter privatizações e parar a degradação dos serviços públicos. Falta repôr a qualidade perdida durante os anos da troika.

O poder local foi outra das vítimas da governação da direita que, através dos sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais, retiraram centenas de milhões de euros aos orçamentos das autarquias locais, afectando drasticamente a prestação do serviço público.

Este governo tal como os anteriores continua a não cumprir a Lei das Finanças Locais.

Analisemos algumas linhas de orientação para 2018:

Serviço Público e Participação: É abandonado o objectivo de “Estabelecer ou reforçar parcerias com outros municípios da região, para utilização comum de infraestruturas, rentabilizando os investimentos realizados”. É na opinião do BE uma opção errada.

Desenvolvimento económico e social: É abandonado o objectivo de “Potenciar a articulação dos projectos e programas desenvolvidos com a comunidade local, envolvendo parceiros públicos e privados, assim como os cidadãos, na tomada de decisão, no acompanhamento e na condução das acções estratégicas, fomentando a criação e o aprofundamento de redes de trabalho e partilha ao nível regional, nacional e internacional”. Em nossa opinião é uma opção errada.

Planeamento, urbanismo e espaço público: É abandonado o objectivo de “concertar a proposta de Programa Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Município do Seixal”. Em nossa opinião é uma opção errada.

Educação e Juventude: O Plano Educativo Municipal continua a ser promessa para 2018 tal como foi em 2016 e 2017.

Cultura e património: Nesta área é de referir a intenção de concluir o Museu da Medalhística. O Plano Municipal de Desenvolvimento Cultural continua por concluir. Tais projectos constavam das prioridades de 2015, 2016, 2017 e agora transitam para 2018.

Desporto: É assumido o compromisso de iniciar a construção da Piscina Municipal de Paio Pires e a construção de um equipamento desportivo coberto na Mundet, direcionado para a prática do hóquei em patins. Tal como eram em 2017.

Saúde e ação social: É abandonado o objectivo de aprovar a Carta Social Municipal do Seixal e o IV Plano de Desenvolvimento Social. Na opinião do BE é uma opção errada. O Plano Municipal de Habitação continua a ser objectivo para 2018 tal como foi nos dois últimos anos.

Espaço Público e Mobilidade: Propõe-se concluir o Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal e realização de fórum de discussão tal como em 2016 e em 2017.

ORÇAMENTO

Um orçamento é um instrumento de gestão financeira ao serviço da estratégia das várias políticas contempladas nas GOP's.

Analisando o orçamento apresentado, o mesmo continua a ser condicionado no seu conteúdo pelo resultado de duas más políticas já assinaladas no exercício anterior, uma externa ao município e outra interna.

A externa provém da política de austeridade e empobrecimento que o anterior governo aplicou ao país, daqui resultando uma forte redução na actividade económica, traduzindo-se tal numa perda de receitas para o município de toda a ordem (quer nos impostos diretos quer nos indiretos), acrescendo ainda a aplicação do FAM que retirou ao município mais de 500 mil € por ano.

A interna provém das políticas orçamentais desenvolvidas ao longo da primeira década deste século neste município. Tal gestão foi consubstanciada em orçamentos inflacionados, projetos ruinosos e falta de rigor e exigência. Resultado de tudo isso está na obrigatoriedade que se teve de contratar um PCO, que numa fase de dificuldade de aumento de receitas, ainda mais nos obriga a um conjunto de despesas, que nos deixa muito condicionados (exemplo: rendas e serviço da dívida 13 milhões).

Na altura de discussão do PCO o BE já tinha afirmado que durante a execução do mesmo (dez anos), e com a situação económica proveniente de uma política de governo baseada no fundamentalismo austeritário, iríamos ter orçamentos de muita contenção e claros condicionamentos ao investimento.

Numa análise mais objetiva ao documento em si e comparando-o com o de 2017, verificamos que passamos de um orçamento no valor global de 83 milhões de €, para um valor de 86,5 milhões de € em 2018, com um crescimento portanto de 4,11%. É necessário no entanto analisar o que aconteceu ao orçamento de 2017 com a 1ª e 2ª revisão orçamental, pois as mesmas dotaram este documento com aproximadamente mais 20 milhões de €. Sendo uma parte muito significativa deste valor para antecipar pagamentos que iriam ser feitos em 2018 permitindo assim a este ter uma maior folga.

Do lado da receita verifica-se que a mesma vem apresentando ao longo dos últimos 4 anos uma estabilidade em termos de rigor e realismo na sua previsão, contrariamente ao que vinha existindo até aí, muito se devendo à exigência que o PCO lhe coloca. Em termos de valores a sua variação tem sido positiva na ordem de crescimento dos 3 a 4%, proveniente do crescimento dos impostos diretos e da venda de bens e serviços.

Em termos dos impostos diretos é de referir a subida da receita do IMT, demonstrativo da dinâmica da atividade económica, e que no futuro nos garante um aumento da base contributiva do IMI. IMI que é também importante aqui referir, a sua taxa baixa neste orçamento de 0,40% para 0,395%, sendo uma redução é de lembrar que estamos simplesmente a repor o valor da taxa que existia no período pré PCO, isto é 2013. Realçar também que o valor previsto de receita com esta taxa é o mesmo apresentado no ano de 2017, 26 milhões de €, isto quando algumas vezes se levantaram aquando da discussão do valor da taxa de que a sua redução iria por em causa as receitas da autarquia.

Do lado da despesa verificam-se algumas alterações, as despesas com pessoal crescem 3,12%, a aquisição de bens e serviços cresce 6,60% e a aquisição de bens de capital sobe 19,7%, dados estes que não devem deixar de ser considerados positivos.

GOP's

Analisando as GOP, valorizamos os seus elementos positivos e registamos as suas insuficiências. Fazemos a apreciação em função dos nossos critérios.

Elementos que consideramos positivas a apontar nestas GOP's:

- Projeto da Participação da população (300 mil €)
- Aumento do apoio às Freguesias
- Projeto de construção de habitação a custos controlados para jovens (mas adiada para 2019)
- Apoio Municipal ao Programa de Realojamento de Vale de Chicharos (mas insuficiente 150 mil € para 2018 e 300 mil para os anos seguintes).
- Aumento da comparticipação de apoio aos Bombeiros do Concelho
- Reabilitação dos Bairros Sociais mas adiada para 2019
- Requalificação do Mercado da Cruz de Pau
- Requalificação da EB1/JI D. Nuno Álvares - Miratejo

Elementos que consideramos negativas a apontar nestas GOP's

- Fraco investimento no que diz respeito ao Desenvolvimento Económico, investimento e apoio ao tecido Empresarial (micro e pequenas empresas)
- Valor elevado para o Boletim Municipal (100 mil €)
- Aumento de 62,4% na contratação de Prestação de Serviços e recibos verdes

- Adiamento para 2019 de todos os projetos de educação (EB1/JI Qtª de Stº António, Aldeia de Paio Pires, EB da Arrentela e jardim de infância da Qtª de S. Nicolau).
- Necessidade de elaboração de projeto com vista à redução da fatura da energia elétrica.
- Contradição entre o projeto PEDU/PAMUS com vista a incrementar a Utilização de modos suaves de Deslocação e a intenção de avançar com a alternativa à N10 até à Amora (quando é da responsabilidade do Estado Central), num valor superior a 2,5 milhões de €.

Outras propostas apresentadas cuja actualidade, reafirmamos:

No que diz respeito à participação da população na vida do concelho o BE entende como fundamental o envolvimento e participação da população na procura de soluções, valorizando os seus contributos e ideias. É preciso encontrar formas que potenciem essa participação.

O BE defende a continuidade das reuniões de câmara descentralizadas e que foram interrompidas no último ano, bem como a multiplicação de fóruns de participação em moldes mais abertos do que o actual modelo.

O BE defende a implantação de um modelo de Orçamento Participativo e desafiará todos os partidos a trabalharem nesse sentido. Nestas GOP's surge pela primeira vez um Projeto de Participação da População, o qual do mesmo nada conhecemos sobre o seu funcionamento mas para nós tudo o que contribua para aumentar a participação da população terá o nosso acolhimento.

Plano de Emergência Social

Apesar do fim do pesadelo que foi o governo da troika do PSD/CDS a sua herança de empobrecimento para a generalidade dos cidadãos e cidadãs, ainda não foi debelada pelo que continua a fazer sentido o município dotar-se de um conjunto de meios que permitam responder às situações de pobreza, de exclusão e de abandono que persistem no concelho. É preciso lembrar que as cantinas sociais ainda são uma realidade.

Reabilitação Urbana

No Seixal também se pretendeu iniciar esse movimento com a criação das ARU'S para os núcleos urbanos antigos, mas no entanto as verbas disponibilizadas em orçamentos anteriores são irrelevantes, tal como acontece no do próximo ano

Considerações finais:

Tendo em conta que:

O impacto das medidas do governo anterior nas políticas locais que ainda perdura com o incumprimento reiterado da Lei das Finanças Locais que este governo também ainda não cumpriu se tem traduzido na quebra acentuada de receitas municipais.

A redução da dívida foi de cerca de 11,3 milhões de euros, menos 14% em relação à existente em 2015.

Que os compromissos assumidos no âmbito do Plano de Consolidação Orçamental reduzem a margem de manobra do executivo, por responsabilidade não exclusiva mas determinante das opções dos anteriores executivos e da maioria absoluta da CDU.

Que o orçamento é mais rigoroso e realista.

Que o Orçamento está condicionado e direcionado em larga medida para o pagamento de dívidas e da dívida.

Que o IMI devia ter tido uma redução mais substancial como o Bloco propôs.

Que há um esforço para manter políticas sociais que embora pudessem e devessem ter maior capacidade de resposta perante a emergência social em que ainda vivemos, mas que o Bloco não deixa de valorizar.

Que se mantém no essencial a prestação do serviço público.

Que algumas taxas e o preço da água mantêm-se abaixo de outros municípios de igual dimensão da área metropolitana da Lisboa.

Tendo em conta o atrás exposto o Bloco de Esquerda abster-se-á na votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018

Seixal, 18 de Dezembro de 2018

O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda